

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, QUE CORRESPONDE AOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL, E, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 2º DO ART. 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 11:00 HORAS DO DIA 22 DE MAIO DE 2015, a qual esteve sob a Presidência do Vereador João Carlos de Lourenço, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Presentes também os Vereadores José Fernando Barbieri e Wagner Brasil de Barros. Registrada a presença do Secretário Municipal de Economia e Finanças, senhor Luís Vicente Federici. Presentes, ainda, funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, da Secretaria Municipal de Saúde, demais servidores municipais, Assessores Parlamentares, profissionais da imprensa e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador João Carlos de Lourenço, Presidente desta Sessão Pública, convidou o senhor Luís Vicente Federici, Secretário Municipal de Economia e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2015. O senhor Luís Vicente Federici iniciou a sua explanação invocando o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal visando à transparência na gestão fiscal, o acesso público aos planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e demais dispositivos da Lei Complementar 101/2000. Prosseguiu dizendo que, na composição dos resultados seguidamente relatados estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta. Ato contínuo, o senhor Secretário passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados econômico-financeiros referentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2015. Foi apresentado gráfico da receita prevista *versus* a receita realizada no 1º quadrimestre de 2015, sendo a primeira da ordem de R\$ 416.295.000,00 e a segunda de R\$ 123.685.000,00, o que perfaz 29,71% da previsão total de arrecadação até o momento. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 1º quadrimestre de 2014 *versus* a receita arrecadada no 1º quadrimestre de 2015. Nesse se verifica que, em 2015 houve um aumento de 14,28%. A receita em 2014 no período foi da ordem de R\$ 108.229.000,00 e no mesmo período no ano de 2015 foi de R\$ 123.685.000,00, perfazendo uma variação positiva equivalente a R\$ 15.456.000,00. Após, foi apresentado demonstrativo da previsão *versus* arrecadação mensal no 1º quadrimestre de 2015: janeiro – previsto R\$ 33.100.000,00 e arrecadado R\$ 33.823.163,00; fevereiro – previsto R\$ 30.118.140,00 e arrecadado R\$ 28.559.312,00; março – previsto R\$ 32.000.000,00 e arrecadado R\$ 35.141.011,00; e, abril – previsto R\$ 27.199.245,00 e arrecadado R\$ 26.161.218,00. Salientou ainda que, dentro das projeções, o FUNDEB apresentará uma diminuição da arrecadação, havendo uma frustração com relação ao previsto de aproximadamente R\$ 4.500.000,00, os quais deverão ser onerados com recursos do Tesouro Municipal, visando arcar com tal frustração. Em seguida, foi apresentado gráfico contendo as principais receitas referentes ao 1º quadrimestre de 2015, a saber: FUNDEB 14,04% - R\$ 17.364.709,78; ICMS 13,62% - R\$ 16.846.992,44; FPM 9,33% - R\$ 11.542.233,42; ITBI 1,43% - R\$ 1.774.006,56; IPTU 5,57% - R\$ 6.887.881,95; IPVA 11,22% - R\$ 13.879.691,66; Taxa de Conservação de Vias 1,12% - R\$ 1.380.625,62; ISSQN 4,69% - R\$ 5.800.964,58; Dívida Ativa 1,54% - R\$ 1.910.265,63; SAEMJA 10,01% - R\$ 12.380.762,00; Receitas de Capital 5,50% - R\$ 6.801.290,40; e, Receitas Diversas 13,60% - R\$ 16.819.551,35; IPI 0,11% - R\$ 141.995,50; IR 0,73% - R\$ 897.725,68; e, Santa Casa (Gestão Plena) 7,48% - R\$ 9.256.008,43. Prosseguindo, o senhor Secretário Municipal de Economia e Finanças, apresentou o comparativo da despesa empenhada de 2014 e 2015 no mesmo período, a saber: despesa empenhada/2014 – R\$ 224.436.047,00; despesa empenhada/2015 – R\$ 235.782.751,00, perfazendo uma diferença no empenhamento de R\$ 11.346.704,00 equivalente a 5,06%. Do mesmo modo, foi apresentado o comparativo da despesa liquidada de 2014 e 2015 no mesmo período, a saber: despesa liquidada/2014 – R\$ 83.950.037,00; despesa liquidada/2015 – R\$ 103.873.239,00, perfazendo uma diferença de R\$ 19.923.202,00 equivalente a 23,73%. Ato contínuo, foram apresentadas as principais despesas no exercício de 2015 até o momento: Educação – 18,47% – R\$ 43.554.163,00; Saúde – 29,75% - R\$ 70.153.726,00; Administração – 15,86% - R\$ 37.386.308,00; Assistência Social – 1,98% - R\$ 4.658.406,00; Legislativa – 0,72% - R\$ 1.693.960,00; Saneamento – 5,85% - R\$ 13.786.407,00; Urbanismo – 17,36% - R\$ 40.928.847,00; Encargos Especiais – 4,53% - R\$ 10.692.421,00; Outras – 5,48% - R\$ 12.928.512,00, totalizando R\$ 235.782.750,00. Na sequência foi apresentado gráfico das despesas com Ações de Saúde com percentuais empenhados, liquidados e efetivamente pagos, respectivamente de 41,37%, 27,29% e 21,87%, portanto, acima do percentual de aplicação mínima obrigatória por lei que é de 15%. A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das despesas com pessoal do exercício anterior e do atual (até o mês de abril): no ano de 2014 - limite máximo de gasto (art. 20 LRF) - R\$ 172.833.532,00 (54%), limite prudencial 95% (art. 22 LRF) – R\$ 164.191.855,00 (51,30%), e, despesa líquida com pessoal – R\$ 119.830.561,00 (37,43%). No ano de 2015, foram obtidos

os seguintes valores: limite máximo de gasto (art. 20 LRF) - R\$ 178.264.361,00 (54%), limite prudencial 95% (art. 22 LRF) – R\$ 169.351.143,00 (51,30%), e, despesa líquida com pessoal – R\$ 121.966.635,00 (36,94%). Foram apresentados os gráficos das despesas com Aplicação no Ensino com percentuais empenhados, liquidados e efetivamente pagos, respectivamente de 40,10%, 24,17% e 21,67%, assim como, com aplicação de Recursos do FUNDEB, respectivamente de 76,82%, 76,82% e 56,17%, enfatizando que a arrecadação do FUNDEB foi de R\$ 17.364.710,00 até o momento, sendo que a receita prevista do FUNDEB até o final do ano de 2015 será de aproximadamente R\$ 44.534.130,81. Finalizada a explanação, o senhor Secretário Municipal de Economia e Finanças, Luís Vicente Federici, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. O Presidente da Sessão e do evento, Vereador João Carlos de Lourenço, indagou aos senhores Vereadores, Imprensa e público em geral, se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante da Prefeitura Municipal de Jahu. Fizeram uso da palavra, arguindo ao Secretário Municipal de Economia e Finanças os Vereadores José Fernando Barbieri e Wagner Brasil de Barros, bem como, o senhor João Guilherme D’Arcádia, do Jornal O Comércio do Jahu. O Presidente da Audiência Pública, Vereador João Carlos de Lourenço, novamente indagou aos presentes, se haveria mais algum questionamento, oportunidade em que mais ninguém manifestou interesse em fazer uso da palavra. Finalizando os trabalhos, o senhor Presidente, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a Documentação supra mencionada, bem como, a Lista de Presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública -----


JOÃO C. DE LOURENÇO
Vereador


Silvia Helena Sorgi
Gerente